

Autores, obras e temas da esquerda brasileira e portuguesa sob a perspectiva do projeto cultural da revista *Atlântico*.

Alex Gomes da Silva*

RESUMO: A revista *Atlântico* foi parte integrante de um projeto maior açambarcado por Portugal e Brasil no começo da década de 1940. Fundada em 1942, a revista *Atlântico* tem como propugnadores o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) de Portugal, António Ferro, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes. A presente pesquisa, que abrange o período de 1941 (ano da assinatura do Acordo Cultural luso-brasileiro) a 1945 (que marca tanto o fim da vigência do DIP quanto o término da primeira fase de *Atlântico*), pretende discutir a ideia defendida por seus articulistas de que a “natureza” da revista *Atlântico*, isto é, por ser um periódico de “cultura, de literatura e de arte”, “abstêm-se de tratar dos problemas sociais, políticos ou econômicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal”. Ademais, pelo fato de congregarem um feixe de intelectuais bastante diversificado, a análise sistemática da revista *Atlântico* objetiva avaliar e compreender a maneira pela qual autores e obras aparecem no corpo da publicação.

ABSTRACT: The *Atlântico* magazine was part of a larger project encompassed by Portugal and Brazil in the early 1940's. Founded in 1942, the *Atlântico* magazine has had as proponents, António Ferro, the director of “Secretariado da Propaganda Nacional” (SPN) (Director of the Bureau of Propaganda Nacional) of Portugal and the director of the Brazilian “Departamento de Imprensa e Propaganda” (DIP) (Department of Press and Propaganda), Lourival Fontes. This article, which covers the period from 1941 (year of the signing of the Cultural Luso-Brazilian) to 1945 (which marks both the end of the term of the DIP and the end of the first phase of the *Atlântico*), aims to discuss the idea defended by its writers that the “nature” of the *Atlântico* magazine is to be a journal of “culture, literature and art”, “avoiding dealing with social problems, political or economic in the modern world, even when they concern to life in Brazil or Portugal”. Moreover, the fact of bringing a bundle of intellectual rather diverse, systematic analysis of the *Atlântico* magazine aims to evaluate and understand the way in which authors and works appearing in the body of the publication.

Por que chamamos “atlântico” à nossa revista, por que somos tão ambiciosos? É porque precisávamos de encontrar uma palavra suficientemente elástica, ondulante, para sintetizar o vago e o concreto das nossas aspirações, o sonho e a realidade do nosso ideal. Que fizemos, portanto? Juntamos a palavra brasilidade à palavra lusitanidade, duas luminosas parcelas, e obtivemos, sem custo, este resultado, esta soma: Atlântico (...). Existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes, por graça de Deus e dos homens. Mas também

existe, sonoro búzio onde se repercute a voz da raça, o mare nostrum, o Atlântico, pátria maior, pátria infinita [...] Qual o nosso objetivo? Qual o nosso programa? Revelar Portugal novo aos brasileiros. Revelar o novo Brasil aos portugueses. Para nos conhecermos cada vez melhor, para nos entendermos definitivamente, para nos respeitarmos, não devemos ter a preocupação de nos mostrarmos iguais mas diferentes. Porque só essa diferença de planos no mesmo pano de fundo (sentimentos iguais mas estilo e ritmo próprios) nos poderá igualar e engrandecer na harmonia dos contrastes que se fundem, na afirmação magnífica, sem lisonjas nem subserviências, da nossa idêntica força criadora. Uma raça, duas nações, um mundo, eis a nossa legenda, a nossa bandeira!...(António Ferro)¹

As propostas e os objetivos da revista *Atlântico* acima anotados foram elaborados pelo jornalista e político português António Ferro quando da publicação do primeiro número desse periódico, em maio de 1942.

São nulos os trabalhos que destinaram um espaço substancial à análise sistemática da dinâmica e dos objetivos subjacentes à publicação da revista *Atlântico* – o que consiste na proposta da presente pesquisa –, principalmente no que concerne à área de teoria literária. Faz-se aqui menção a pesquisas que, apenas *en passant*, destinaram algumas linhas à análise sumária do acordo cultural luso-brasileiro, sendo a menção ao periódico em questão feita apenas no sentido de situá-lo como um dos elementos deste acordo. Podemos, portanto, citar os seguintes trabalhos: *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*, de Heloisa Paulo (1994), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, tese de doutoramento defendida por Carmem G. Burgert Schiavon na PUCRGS, em dezembro de 2007, e *Revistas literárias do século XX em Portugal*, de Clara Crabbé Rocha (1985). Neste último, depreende-se que, da análise empreendida pela autora, há o esforço de inserir a *Atlântico* no rol maior das produções de “ideologia reacionária” – isto é, no âmbito das publicações que, a exemplo de *Panorama* (1941), *Aqui e Além* (1945) e *Cidade Nova* (1949), tiveram como cerne a difusão da “ideologia dominante” –, o que leva à indicação do “caráter oficial e de tendência afeita ao regime” da revista *Atlântico* (p. 61). Nesse mesmo aspecto, Heloísa Paulo parte de uma passagem presente na *Atlântico* para realçar a articulação desta com a “ideologia nacional dos dois países” (p. 173). Carmem G. Burgert Schiavon, por seu turno, filia a criação da revista à onda nacionalista que estava em curso, do que resulta um dos seus objetivos: divulgar a “cultura nacional luso-brasileira” (p. 21). Cumpre observar ainda que algumas notas sobre o acordo cultural e também sobre a revista *Atlântico* foram divulgadas pela *Revista Brasil-Europa*².

Não obstante a ausência de trabalhos sistemáticos sobre a revista *Atlântico*, as páginas que configuram a publicação fornecem elementos que facultam aquilatar os seguintes aspectos: a caracterização precisa do periódico, na medida em que são expostos os nomes daqueles que encabeçam os setores de direção gráfica, artística e redação, bem como daqueles cuja tarefa vincula-se à direção da revista como um todo; tornar patente o número dos colaboradores e o material por estes veiculado, tendo em vista o fato de que todo o *corpus* documental difundido carrega, ao final de sua exposição, a rubrica dos responsáveis pela sua consecução. Ademais, ao divulgar

uma parcela da produção cultural dos países atrelados a sua criação, *Atlântico* permite a recriação de elementos significativos da época na qual se inseria. É oportuno ressaltar que o emprego do termo “parcela”, aqui assinalado no intuito de acentuar a natureza, assim como o montante das representações culturais que chegaram ao conhecimento do público-alvo do periódico, não se estabeleceu sob os cuidados de uma ação fortuita. Do contrário, converteu-se no mais fundamentado cognitivo no que tange à constatação dos objetivos que se configuraram no cerne das aspirações dos propugnadores da revista *Atlântico*.

Fundada em 1942, a revista *Atlântico* surgiu de um “acordo cultural” firmado entre Portugal e Brasil, acordo esse assinado em 4 de setembro de 1941³. O local escolhido para a cerimônia de assinatura deste acordo foi o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, ao qual compareceram, como agentes responsáveis pela sedimentação do trato, o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)⁴ de Portugal, António Ferro, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes, cargos que ocuparam, respectivamente, de 1933 a 1950, e de 1939 a agosto de 1942.⁵

Importa aqui transcrever os princípios que, segundo os idealizadores da revista, assentariam os objetivos do convênio estabelecido:

A fim de promover uma íntima colaboração entre o Brasil e Portugal por intermédio dos organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda, o Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, de Portugal (SPN), e o Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, do Brasil (DIP), para tanto devidamente autorizados pelos seus Governos, estabelecem o acordo seguinte.

A estas palavras, seguem os “artigos”:

Artigo 1º

É criada na sede do SPN uma seção especial brasileira, da qual fará parte a título permanente um delegado do DIP e, reciprocamente, na sede do DIP, uma seção especial portuguesa, da qual fará parte um delegado da SPN.

A estas seções incumbe, de maneira geral, assegurar e promover, pelos meios ao seu alcance, tudo o que possa concorrer para tornar conhecida, respectivamente, no Brasil e em Portugal, a cultura dos dois países.⁶

Dentre os subitens estabelecidos pelo Artigo 2º figuram: o intercâmbio, entre os dois países, de artigos inéditos, bem como de fotografias; o livre passe em Portugal e no Brasil de escritores, conferencistas e jornalistas; a criação de uma revista denominada “Atlântico”, pela qual teria guarida o intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil, na medida em que congregaria escritores de ambas as nações e a orientação comum em relação às informações e ao noticiário sobre qualquer aspecto envolvendo os dois países. Sobre este aspecto, a título de exemplo, nas “Notas” que seguem ao final do quinto número da publicação, José Osório de Oliveira escreve: “Não leva, este

número, as costumadas indicações bio-bibliográficas sobre os novos colaboradores. Tivemos que desistir do propósito de informar os leitores do Brasil sobre os colaboradores portugueses por não podermos fornecer, aos leitores de Portugal, dados idênticos sobre os colaboradores brasileiros. Continuamos, em tudo o mais, a servir a literatura de cada um dos países de língua portuguesa e a cultura comum dos dois povos lusíadas”⁷. O trecho funciona como referência à manifestação de uma prática de censura no interior da *Atlântico*. A divulgação de autores brasileiros que não passavam pelo filtro inspetor do sistema de censura português, o SPN/SNI, foi vetada. Essa falta de “orientação comum” esbarrava numa das alíneas que integraram o Acordo Cultural de 1941, a qual estabelece “a colaboração recíproca em favor de uma orientação comum quanto a noticiário a ser divulgado acerca do Brasil e de Portugal”⁸, num tom clarividente da imposição de um perfil atinente às estruturas erigidas pelos regimes. Vale frisar que a partir do quinto número as informações biobibliográficas sobre os colaboradores de ambos os países deixaram de preencher as páginas finais do periódico.

Ainda sob este eixo analítico, em artigo publicado no terceiro número da *Atlântico*, intitulado “Da vida Brasileira”, J. A. Cesário Alvim faz referência à repercussão de livros brasileiros em Portugal, como uma alusão a um dos itens vigentes no Acordo Cultural: “Muitos e valiosos são os livros e publicações remetidos ultimamente do Brasil para a Seção Brasileira do Secretariado de Propaganda Nacional. Não cabe nestas páginas a enumeração de todas as obras, desde as de pura literatura, de história, de sociologia, de filologia, até as de doutrina e propaganda política e cultural editadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, pelo Instituto Nacional do Livro, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Arquivo Nacional, pela Imprensa Nacional, etc.”. Logo em seguida, expõe a relevância do trâmite: “Pode o Brasil estar certo de que os livros, os opúsculos, as revistas e os jornais que manda para Portugal, vêm cobrir uma grande lacuna e prestar um relevante serviço. De fato, seria injustificável que a Seção Brasileira do S.P.N. continuasse desprovida do material necessário para o cumprimento da sua missão de propaganda cultural. E é consolador e edificante – para nós, brasileiros – sentir e presenciar o interesse, a curiosidade, a crescente avidez com que, em Portugal, se aguarda, procura e recebe tudo o que vem do Brasil e tudo o que serve ao conhecimento e compreensão da alma, do povo e das coisas do nosso país”⁹.

O olhar sobre os demais elementos suscitados pelo “acordo cultural” revela o escopo maior dos objetivos açambarcados: troca de livros entre os países; permuta de criações artísticas, bem como de produções cinematográficas; estudo das tradições folclóricas de ambos os países; e, por último, “a criação de um prêmio pecuniário” destinado ao melhor trabalho, seja este de cunho artístico, literário, histórico ou científico, pois acima das classificações de gênero residiam os interesses comuns que as publicações ovacionadas podiam despertar. Dessa forma, pode-se entrever que a criação da revista *Atlântico* circundou as linhas mestras de um projeto cultural luso-brasileiro de caráter mais amplo, embora não seja erro afirmar que por sua natureza a revista congregou todas as cláusulas que perfizeram a consecução do “Artigo 2º”, conforme exposto em linhas anteriores.¹⁰

Em maio de 1942, conforme assinalado, foi lançado o primeiro número da revista *Atlântico*, primeiro de um total de seis números integrados à primeira fase, a qual estendeu-se até o ano de 1945.¹¹ Após esse período, vem a público uma “nova

série”¹², cuja extensão temporal abrange o período de maio de 1946 a outubro de 1948. Esse intervalo marca, respectivamente, a edição do primeiro e do sexto número da referida nova série.

Cumpra assentar que a direção da *Atlântico* ficou, simultaneamente, sob a égide de um português e de um brasileiro, dado esse que se constituía num apanágio de toda a trajetória da revista.¹³ Assim, figuraram na direção da revista *Atlântico*, nos limites temporais característicos de sua primeira etapa, as seguintes personalidades brasileiras: Lourival Fontes, Antônio Coelho dos Reis e Amílcar Dutra de Menezes, personagens que encabeçaram, em períodos distintos, a direção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o que atesta a alternância de direção do periódico no que diz respeito ao caso brasileiro. Já no caso português, diferentemente do que se deu no Brasil, a direção coube apenas a Antônio Ferro, que figurou nessa função ininterruptamente de 1942 a 1949, adentrando mesmo à terceira série do periódico¹⁴. De forma idêntica, José Osório de Oliveira ocupou integralmente, da primeira à terceira série, o cargo de Secretário da Redação. Manuel Lapa, por sua vez, ficou encarregado da Direção Artística da *Atlântico*,¹⁵ cargo ao qual empenhou-se até a publicação do quarto número da nova série, datado de junho de 1947.

Quanto aos aspectos formais, *Atlântico* não apresenta uma divisão em seções. Em contrapartida, como forma de organização estrutural, a revista foi equacionada em “partes distintas”:

É nosso propósito, de fato, dar, na primeira parte de cada número, uma série de ensaios ou estudos, ordenados logicamente por assuntos, de forma a fornecer uma idéia, não de cada país, mas de alguns dos seus aspectos fundamentais. Na segunda parte, consagrada à poesia e a novelística, propomo-nos dar, em cada número, uma antologia poética (ordenada por gerações, quando não se imponha a razão da harmonia) e uma escolha de obras de ficção representativas da literatura atual, de cada país. Sendo o romance, a novela e o conto, talvez, aquelas formas de criação literária em que os brasileiros mais se distinguem hoje, falha, em grande parte, neste número, o nosso plano.¹⁶

Os temas expostos tratam de diversos assuntos do mundo cultural e artístico dos dois países. Cada um dos números que integram a primeira fase da revista carrega, em suas páginas finais, sob a forma de legendas, considerações sobre o “Cinema português”, “Notas” explicativas (pelas quais se veicula uma errata e uma súmula contendo informações do próximo número) e “Documentos” que tratam de informações atinentes a Portugal e ao Brasil.¹⁷

O objetivo primordial desta pesquisa, tendo por nota os elementos acima expressos, foi identificar – por meio dos colaboradores e da análise do material veiculado, atentando para o tipo do material e a maneira como é apresentado no corpo da publicação – a “natureza” da revista *Atlântico*, tendo em vista a ideia defendida por seus articulistas de que por ser um periódico de “cultura, de literatura e de arte [...] abstêm-se de tratar dos problemas sociais, políticos ou econômicos do mundo moderno, até quando dizem respeito à vida do Brasil ou de Portugal”¹⁸. É

preciso salientar ainda que um dos esforços deste trabalho foi o de inscrever a revista *Atlântico* numa análise capaz de privilegiar a articulação entre os elementos internos que a compõem (material, forma de difusão, intelectuais participantes, etc.) e os elementos externos (espaço político-social, ambiente de produção) – considerando-se o fato de que ela é, duplamente, fruto das experiências e expectativas do seu tempo e mecanismo capaz de engendrar e difundir uma determinada leitura de mundo.¹⁹

Em busca do consenso.

Tendo por meta a consagração do projeto de nacionalização, o governo Vargas mobilizou-se contra os estigmas responsáveis pelas máculas sociais. Dentre esses elementos, as “raças inferiores”, o “estrangeiro sem pátria”, o “vagabundo” avesso ao trabalho, e, enfim, o “subversivo”,²⁰ urgiam ser combatidos, seja por meio da ação policial direta, seja por intermédio da propaganda cultural. Nessa mesma direção, o regime instituído por Salazar, patrocinador de medidas cuja direção apontava para o restabelecimento da ordem nacional, deu cabo a seleção dos inimigos a serem combatidos. Nessa categoria, o comunismo despontou como “a grande heresia da nossa idade”, nas palavras do chefe da nação portuguesa.

Alvejados por alguns autores, esses temas foram redefinidos em meio ao corpo estrutural da revista *Atlântico*, perfilhando um notável rol de publicações propedêuticas, portanto, a uma interpretação atinente com as proposituras que caracterizavam o cenário institucional e o perfil ideológico dos regimes estadonovistas.

Azevedo Amaral, “um dos mais articulados e conscientes formuladores das diretrizes para o Estado Novo”²¹ getulista, integrou, juntamente com Francisco Campos e Oliveira Vianna, o grupo dos teóricos do programa autoritário desse regime. Ao manifestar-se sobre a presença estrangeira em solo nacional, Amaral receou o “colapso da civilização” e o abandono dos verdadeiros valores ocidentais em decorrência do processo de incursão, no Brasil, de correntes populacionais não europeias. Suas ideias anunciavam a superioridade do homem branco, o que, em contrapartida, inscrevia as noções sobre os povos ameríndios e africanos (“meros elementos decorativos do triunfo do homem branco”) no cânone dos estigmas raciais.²²

Reavivando essas ideias, Augusto de Castro, em “Juventude e esplendor do Brasil”, ao cristalizar uma noção depreciativa sobre as “raças”, recoloca em cena pensamentos rigorosamente erigidos na década de 30 pelos ideólogos do Estado Novo, como, por exemplo, o de Azevedo Amaral, do qual a síntese gloriosa afez-se da defesa de que “os mais altos interesses nacionais impõem que se faça entrar no país o maior número possível de elementos étnicos superiores”.²³ Assim, como que afinando a *Atlântico* aos grandes temas suscitados pelo pensamento autoritário da época, Castro, versando sobre a formação étnica brasileira, registrou que produziu-se “o prodígio da assimilação dos contributos inferiores pelo tipo étnico superior, que é o branco. O sangue branco absorveu e dominou os outros”²⁴.

Antonio Conte, em “Jaime e o Fado”, concedeu o acabamento literário a um dentre os pilares da propaganda ideológica autoritária em Portugal e no Brasil: a valorização do trabalho como elemento gerenciador do progresso moral e material da

nação. Nesse sentido, a passagem a seguir permite uma leitura aparelhada com o ideário desses regimes, isso na medida em que compõe uma imagem associada à propaganda do trabalho: "Isso não é vida para um homem decente. Devias envergonhar-te. Tens vinte e seis anos e não sabes ainda o que é trabalhar". E adiante, conduz os termos que infundem massa à crítica à vadiagem: "Fazes vida ao contrário de toda a gente. Para ti, o dia começa quando se deve ir para casa descansar".²⁵

O texto de Tristão de Athayde, "Oração aos novos mestres", é, na verdade, um panegírico aos professores e que nada apresenta em desacordo com os contornos majoritários dos regimes varguista e salazarista:

Se o corpo docente ou o corpo discente estão intimamente interessados na função social do magistério, mais ainda o está a própria sociedade, não como um termo vago e abstrato, mas sempre sob a forma de instituições reais e positivas, como sejam: a Civilização, a Pátria, e o Bem Comum.²⁶

Expondo pontos de articulação com os regimes, o texto reflete, em parte, o relevo atribuído à lógica que, no Estado Novo, concedia especial atenção à noção de educação como um importante mecanismo no sentido de canalizar esforços rumo ao desenvolvimento da consciência nacional, lógica essa intrinsecamente atrelada à política tutelar em relação à família, ao trabalho e à Pátria. Por seu intermédio, o Estado Novo getulista assentaria as marcas do "homem ideal", afeito às construções fomentadas pelo sentimento patriótico.²⁷ Temática semelhante não passara despercebida pelas lentes autoritárias do Estado salazarista. O ambiente escolar português durante o Estado Novo agiria, neste sentido, enquanto um escoadouro das chagas que pudessem denegrir a consciência nacional, sendo o professor escalonado para atuar de acordo com a formação e a arregimentação dessa consciência. Neste sentido, teve guardada um sistema educacional cujos motes inscreveram-se forçosamente nos pilares mantenedores das premissas defendidas pelo Estado²⁸, dos quais podem ser destacados o culto à obra do regime instituído e do seu líder, a valorização dos elementos revigorantes do patriotismo luso, e, por fim, mas não menos importante, o alargamento das fronteiras que permitiam a ampla divulgação das nuances associadas à doutrina cristã.²⁹

Coerente com essa perspectiva, Luís Forjaz Trigueiros, novelista, ensaísta e crítico português, autor de *O nacionalismo de Eça de Queiroz*, no texto "Os prosadores mais recentes", veiculado pelo primeiro número da revista *Atlântico*, dá mostras de uma prática corrente no programa dos organismos de propaganda e censura dos regimes salazarista e varguista: atenuar a imagem "hostil" de alguns intelectuais, tornando neutros aspectos ideológicos contidos em suas obras, isso com o intuito de fazê-las integrar a esfera de atuação do Estado Novo.

"Os prosadores mais recentes" teve, portanto, a sua ação discursiva consubstanciada na tarefa tácita de, numa atitude confluyente com as regras preceituadas pelos regimes autoritários, expurgar de determinadas obras os elementos que pudessem estimular uma leitura subversiva.

Seguindo o esquema prefixado pelos articulistas da revista *Atlântico*, ou seja, o princípio de divulgar apenas "obras inéditas (as da primeira parte, quando possível expressamente escritas, *em obediência a um plano*), o que não quer dizer que, em

números futuros, não demos lugar intencional à antologia de obras publicadas”³⁰, Trigueiros, sob esse imperativo, divulga, na ocasião, os livros *Avieiros*, *Esteiros* e *Aldeia Nova*, respectivamente de Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes e Manuel da Fonseca.

A análise do perfil político-ideológico desses escritores desvenda os motivos para o fato de Trigueiros se opor, de forma atenuada, é certo, mas nem por isso menos taxativa, ao conteúdo impresso nessas obras. As críticas formuladas incidiram justamente em apontar falhas em um traço que, na verdade, configura todo o estilo combativo impresso nas obras da tríade intelectual acima apontada. Dito de outra maneira, os escritores acima apontados transformaram suas obras num canal de denúncia de situações que reclamavam atenção por parte do Estado português.

Inserindo as obras desses escritores no âmbito da “literatura regional”, Trigueiros opõe essa vertente, “detestável”, “colorida e enfeitada, com o estralejar de foguetes e o guizalhar dos bois”, nas suas palavras, a uma expressão literária universal, que, “sendo especificamente portuguesa”, não perderia nada “do seu conteúdo humano e, portanto, universal”.³¹

De acordo com o autor, um livro “só pode representar dignamente um país, um drama, um destino, na medida em que esse país, esse drama ou esse destino tenham uma projeção universal. Logo: tanto mais universal quanto mais caracteristicamente nacional”. Em outras palavras, *Avieiros* e *Esteiros*, tendo como enredo fatos relativos à região do Tejo, e *Aldeia Nova*, por constituir-se numa reunião de contos focados na região do Alentejo, não podem ser consideradas como obras representativas de um todo, na medida em que as situações narradas permitem o vislumbre apenas de uma pequena parcela da nação portuguesa.

É digna de destaque a conjunção dos perfis dos escritores cujas obras foram analisadas por Trigueiros: Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes e Manuel da Fonseca foram militantes do Partido Comunista Português (PCP). Representantes do neorealismo, integraram a terceira fase do movimento modernista português. Responderam pela produção de uma literatura considerada pelos críticos como engajada, de conteúdo antifascista, com nítidos traços de denúncia social. A criação literária, tanto na forma poética quanto na prosa, era entendida como um instrumento de transformação e de reação contra arbitrariedades políticas. Negando a arte pela arte, saíram em defesa da literatura com função social, que privilegiasse o diálogo com o público mais amplo. Neste sentido, encontraram respaldo na literatura brasileira, principalmente na produção de escritores cujos trabalhos tiveram papel decisivo em apontar para as injustiças sociais, nomeadamente Graciliano Ramos, José Lins, Érico Veríssimo e Jorge Amado.

Soeiro Pereira Gomes viveu em situação de constante vigilância devido a sua militância no PCP. *Esteiros*, obra publicada em 1941, ilustrada por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, descreve o difícil trabalho dos jovens que, às margens do rio Tejo, fabricam peças de barro para sobreviverem.

Alves Redol marcou o cenário português como ferrenho crítico de Salazar. Já em 1936 perfilava os quadros de oposição ao Estado Novo enquanto militante do Partido Comunista. *Avieiros*, de 1942, relata a situação de miséria a que estavam submetidas as populações do Tejo, evidenciando umas das preocupações de sua obra, ou seja, “fixar o destino trágico do trabalhador”.³² Influenciado pelo realismo brasileiro, sobretudo pela obra de Jorge Amado, conforme aponta Trigueiros (situando da mesma forma a obra de Soeiro Pereira Gomes no rol dos trabalhos que partiram da

influência do escritor brasileiro), escreve, em 1939, *Gaibéus*, obra que traz em seu corpo a denúncia dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelas populações portuguesas menos favorecidas. Para além de sua atuação no PCP, Alves Redol, numa atitude que açambarcou a si o cerco da repressão salazarista, fora membro do Movimento de Unidade Democrática (MUD).³³

Manuel Lopes Fonseca, por sua vez, foi o escritor que, além da atuação no PCP, colaborou em revistas declaradamente contrárias à construção política de Salazar, tais como *Seara Nova*³⁴ e *Árvore*³⁵. Em um aspecto que o perfilha à tradição literária esboçada por Soeiro Pereira e por Alves Redol, Manuel da Fonseca, como era comumente chamado, estampa em suas obras uma carga de forte conotação interventiva, tanto socialmente como politicamente. Tal postura canalizou os olhares dos censores para o conteúdo impresso em suas obras. Assim, em julho de 1943, Manuel da Fonseca é alvo da censura salazarista. O romance *Cerromaior* foi autorizado para publicação somente após serem efetuados os cortes previstos pelos censores. Segundo o censor responsável pelos cortes, algumas passagens desta obra deveriam ser suprimidas:

A descrição da desgraça a que chegou um antigo carteiro, que fora sempre zeloso e que enlouqueceu e foi levado para uma cadeia onde morreu, sem qualquer proteção das autoridades, dá-nos logo de começo uma má impressão do livro [...] Depois espraia-se sobre a vida angustiosa do camponês, realçando-se inúmeras agruras dos que vivem da terra, mais parecendo mendigos. As faltas de trabalho, a diferença, doentias, entre o patrão e o trabalhador e também exposições de atitudes indecorosas referentes a amores clandestinos dum patrão, leva-nos à conclusão que inicialmente escrevi: o livro não deve ser autorizado, tal como é apresentado.³⁶

Em 1984, Manuel da Fonseca, no prefácio para a sétima edição de *Aldeia Nova*, descreve o ambiente no qual esta foi produzida:

“Vivíamos, então, os portugueses, sob regime ditatorial. Havia censura e a polícia política. Tudo nos era censurado, tudo nos era policiado. No que dizia respeito à literatura, só o coro organizado pelo governo era abertamente permitido. O mais era suspeito, vigiado. Qualquer voz livre e lírica ou dramática, contando a esperança, logo era amordaçada pela censura ou levada para o silêncio das grades pela polícia política. Oficialmente todos os portugueses eram neutros. Mas a verdade era que uma maioria desejava ardentemente a derrota dos países fascistas e nazis. Alguns dos portugueses comportavam-se até publicamente nesse sentido. Então, o governo agia. Os jornais eram censurados, os livros apreendidos, as pessoas presas.³⁷

Em *Aldeia Nova*, o autor narra, em doze contos, as vicissitudes da população

alentejana³⁸. Na condição de colaborador da revista *Atlântico*, responde apenas pela publicação de um único texto, intitulado "Solstício de Verão", que saiu no primeiro número, em maio de 1942.³⁹

Expondo as ideias que configuraram a sua análise, Trigueiros observa que um "moderno escritor brasileiro influencia nitidamente a obra de Alves Redol e de Soeiro Pereira: Jorge Amado. Outro escritor brasileiro está presente em certas páginas de Manuel da Fonseca: José Lins do Rego". Mais adiante exulta: "Mas entenda-se bem: estas influências são de ordem puramente exterior, talvez formal, e não tiram 'personalidade portuguesa' às obras de que me estou ocupando".⁴⁰

A preocupação em deslindar a análise para a defesa de que a influência estabeleceu-se apenas no plano "puramente" exterior, "formal", coloca Trigueiros em acordo com um dos parâmetros estabelecidos pela agenda político-cultural estadonovista. Em outras palavras, o autor reúne forças no sentido de descaracterizar ideologicamente os autores cujas obras foram analisadas. Isso porque hesita em apontar uma articulação mais profunda entre o pensamento e as obras dos escritores portugueses mencionados e os escritores brasileiros, pois embora essa informação não se encontre registrada na análise exposta por Trigueiros, são bastante significativos os pontos de contato entre esses escritores.

José Lins do Rego⁴¹, escritor situado por Trigueiros como influente na obra do escritor português Manuel da Fonseca, figura como um dos fundadores, em 1942, da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), que tinha como objetivo engrossar o caldo de oposição ao regime autoritário mantido pelo Estado Novo. Sua obra retrata, entre outros aspectos, "o declínio do engenho, sufocado pelas dívidas dos grandes fazendeiros, a ascensão da usina, mais produtiva, e a exploração do trabalhador rural".⁴²

Jorge Amado desenvolveu intensa atividade crítica às forças do Estado Novo brasileiro, tendo algumas de suas obras convertidas em armas contra este regime. *Agonia da noite*, por exemplo, pauta-se na descrição da virulência ditatorial do Estado Novo, concentrando esforços na abertura das chagas de um regime ao qual se fazia premente o combate político. Esses fatos prefiguram e ao mesmo tempo atestam sua presença, em 1945, enquanto um dentre os idealizadores do I Congresso Brasileiro de Escritores, movimento intelectual surgido da ABDE e calcado na oposição ao governo Vargas⁴³. Exerceu ainda atividade política junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (preso em 1936 sob acusação de participar da "Intentona Comunista"), em consonância, portanto, com os escritores portugueses que tomaram algumas de suas obras como referência. De acordo com Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Jorge Amado voltou ainda a sua "atenção para os problemas sociais e o mundo afro-baiano", retratando "os conflitos entre fazendeiros e banqueiros, a exploração da mão-de-obra agrícola".⁴⁴

Resumindo as tendências literárias que ganharam forma no Brasil no decênio de 1930, Antônio Cândido, em "Literatura e cultura de 1900 a 1945", chama a atenção para o desenvolvimento de um tipo de romance

fortemente marcado de Neo-naturalismo e de inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país: decadência da aristocracia rural e formação do proletariado (José Lins do Rego); poesia e luta do

trabalhador (Jorge Amado, Amando Fontes); êxodo rural, cangaço (José Américo de Almeida, Raquel de Queirós, Graciliano Ramos); vida difícil das cidades em rápida transformação (Érico Veríssimo). Nesse tipo de romance, o mais característico do período e frequentemente de tendência radical, é marcante a preponderância do problema sobre o personagem.⁴⁵

Situando-se no campo oposto em relação à produção cultural oficial patrocinada pelo Estado, inúmeros livros de José Lins do Rego e Jorge Amado foram apreendidos e posteriormente incinerados em praça pública, em um ato patrocinado pelo governo varguista em novembro de 1937, sob a alegação de propagarem o ideário comunista:

808 exemplares de Capitães de Areia, 223 exemplares de Mar Morto, 89 exemplares de Cacau, 93 exemplares de Suor, 267 exemplares de Jubiabá, 214 exemplares de Pais do carnaval, 15 exemplares de Doidinho, 26 exemplares de Pureza, 13 exemplares de Bangué, 4 exemplares de Moleque Ricardo, 14 exemplares de Menino de Engenho, 26 exemplares de Ídolos Tombados, 2 exemplares de Idéias, Homens e Fatos, 25 exemplares de Dr. Geraldo, 4 exemplares de Nacional Socialismo Germano e 1 exemplar de Miséria através da Polícia.”⁴⁶

Jorge Amado e José Lins do Rego difundiram em algumas de suas obras uma visão de mundo que, sob o ponto de vista do Estado Novo, suscitava a oposição com as bases que conferiam sustentação ao regime. Assim, embora os pontos de contato entre as obras e as concepções políticas dos escritores mencionados por Trigueiros sejam evidentes, o autor preferiu não destacar esse aspecto. Do contrário, há o nítido apelo em manter uma imagem, sobretudo falsa, desses escritores, “expurgando” das suas obras toda carga de que a militância poderia infundi-las. Sob essa perspectiva, o autor isenta a “personalidade portuguesa” de uma influência mais alargada em relação aos escritores brasileiros, o que nos permite a elaboração de uma leitura assente na defesa de que o exercício levado a efeito por Trigueiros desenvolveu-se, portanto, no sentido de eliminar do pensamento português os aspectos “nocivos” presentes nas obras de José Lins do Rego e de Jorge Amado. Em outros termos, o ensaio pretende criar a noção de que a situação descrita nas obras dos escritores portugueses, situação essa já bastante indesejável para a promoção da imagem do Estado, não comunga do mesmo “espírito” revolucionário e comunista que o Estado Novo brasileiro atribuiu taxativamente às obras dos referidos escritores brasileiros.

Nessa direção, Trigueiros constrói uma análise que, através de alguns elementos constitutivos, cria a imagem de que o governo encarregado de conduzir a nação portuguesa à época não tinha qualquer responsabilidade para a existência de cenários como aqueles pintados por Alves Redol, Soeiro Pereira e Manuel da Fonseca em seus livros (publicados na década de 1940, ou seja, durante a vigência do regime salazarista). Em suma, como categoricamente afirmou o autor, *Avieiros*, *Esteiros* e

Aldeia Nova pecam pela ausência de um momento de ascensão, por não resultarem do puro exercício da “literatura pela literatura”; nelas as almas descritas não se aproximam de Deus, não “sobem ao céu”; nenhuma recompensa lhes sorri; ademais, as figuras descritas pelos escritores embalam-se languidamente, sem forças para volver os olhos, “que não podem erguer-se”; por último, estão as personagens fadadas a “destinos sombrios em que não consegue brilhar nem a luz duma esperança”.⁴⁷

Nessa mesma perspectiva, importa observar as impressões registradas pelo crítico português Marques Gastão, em “A sinceridade no romance Brasileiro”, publicado no quarto número, sobre a obra de Jorge Amado. O autor parte da defesa de que o exercício de demonstração de “sinceridade” deve conduzir a escrita literária:

A sinceridade, eis o que mais convém ao escritor. Somos chegados a uma encruzilhada que se não compadece com retóricas. A verdade é para se dizer, seja ela agradável ou desagradável. Ao romancista está vedado esse receio de dizer a verdade.⁴⁸

Mas, logo em seguida, deixa bem claro a que “sinceridade” se refere: àquela que apenas torna patente as benesses dos governos de ocasião. Para tanto, *O país do carnaval*⁴⁹, de Jorge Amado, é mobilizado como exemplo: “É bom não esquecermos a sinceridade no romance brasileiro, embora tenhamos que discordar de Jorge Amado quando pretende, ao que supomos, pôr a Arte ao serviço do Social ou do Político”⁵⁰, isto é, quando o escritor baiano “limita” e converte a sua escrita em denúncia.

Partindo da noção de que o “romancista, como todo homem de letras, aliás, deve ser portador de uma mensagem para um mundo melhor”, Gastão, no desfecho das considerações sobre *O país do carnaval*, desclassifica esta obra alegando o que constituiria a sua falta de “autenticidade”:

Ao contrário do que certos críticos têm afirmado, não nos parece que haja falta de “exatidão”, de “verdade”, nas criações ou nas figuras dos romances brasileiros nem, por outro lado, julgamos, como esses mesmos críticos, que os romancistas brasileiros se ressintam de “deficiências de visão”. É essa exatidão, é essa verdade que mais se impõe no romance brasileiro. O primeiro romance de Jorge Amado – *O País do Carnaval* –, sendo um livro de grandes qualidades, não chega a ser um autêntico romance porque lhe falta essa exatidão, essa verdade. Expliquemo-nos melhor: esse romance de Jorge Amado perde-se, desvaloriza-se, não pelos problemas que nele se debatem, mas pelo fato de o romancista querer transformar a vida numa toca de intelectuais doentios. Eis como a falta de “exatidão”, de verdade, neste romance de Jorge Amado, nos dá a pretendida resposta: este romancista só foi *inexato* e *falso* quando limitou a sua arte de escritor.⁵¹

Jorge Amado não figurou em nenhum número na categoria de colaborador, o

que, por si só, não é fato conclusivo para atestar o pendor da revista *Atlântico* em vetar autores considerados subversivos, na visão do regime. Como exemplo, note-se, a esse respeito, o tom impresso aos comentários realizados acerca do pensamento e da obra de um autor situado na categoria de paladino da aproximação entre Portugal e Brasil, um entusiasta do iberismo, Gilberto Freyre. Este, de forma semelhante ao ocorrido com Jorge Amado, não participa do periódico como colaborador. Todavia, a forma como é apresentado ao público o conteúdo das suas ideias, das quais sobressai o elogio à colonização portuguesa e o pendor para aproximação luso-brasileira, prova que receberam tratamento diverso. Neste sentido, foi mesmo com o intento de manter na ordem do dia esse ideário que ganharam espaço tanto as críticas aos escritores em desajuste com os regimes de força quanto a aclamação de autores que, em algum sentido, contribuíram com estes.

“O papel das universidades na política atlântica”, de Mário de Albuquerque, também escrito para o quarto número da revista, estabelece, uma vez mais, o exercício de demonstração dos aspectos positivos presentes na obra e no pensamento de um representante da “política atlântica”. Neste sentido, Gilberto Freyre é tomado como parâmetro no combate às ideias que poderiam deslegitimar o acordo bem como a união cultural entre Portugal e Brasil.

Na avaliação de Mário de Albuquerque, dando relevo ao aspecto luso que une os países: “A palavra *Lusitanidade*, que aperta no mesmo abraço Portugal e o Brasil, tem um sentido preciso, traduz realidades históricas e realidades vivas – ‘uma unidade de sentimento e de cultura’ – diria aquele extraordinário ensaísta que se chama Gilberto Freyre”.⁵²

Conforme depreendido em relação a outros textos que circularam pela *Atlântico*, novamente conferiu-se ênfase às ideias inscritas no cerne do pensamento freyriano como forma de legitimar a aproximação cultural entre Brasil e Portugal:

Também nós todos, herdeiros do falar camoniano, temos uma *unidade moral* a defender – um ideal cultural de *Pan-lusitanismo*, que abranja o Brasil e Portugal com o seu Império, isto é: todo “*O Mundo que o Português criou*”. Gilberto Freyre, depois de observar, com a sua acuidade crítica, como certos *motivos* dos nossos estilos tradicionais de vida – desde as velhas receitas da doçaria, até as formas de devoção lírica e às instituições de solidariedade religiosa, como as confrarias, irmandades, ordens terceiras, santas casas – se espalharam, e vivem por todo este vasto Mundo Lusíada, lançou um apelo aos intelectuais, que me é grato reproduzir.⁵³

Ao que se segue o texto de Freyre reproduzido:

A favor dessa unidade de cultura creio que devemos trabalhar todos os escritores de Portugal, do Brasil, da África e da Índia Portuguesa; dos Açores, da Madeira, de Cabo-Verde. Escritores, artistas, estudiosos de problemas sociais, pesquisadores do passado. Todos os que acima das regiões – realidades tão vivas – e das próprias pátrias políticas, sentimos

que há um todo, um complexo social maior. que pede uma língua quanto possível comum.⁵⁴

“É impossível, na estreiteza de uma palestra radiofônica, evocar todos os paladinos desta *política atlântica*, a que não tem faltado desinteressadas dedicações, e que teve a sua melhor consagração no *Acordo Cultural Luso-Brasileiro*.” Assim, além de Freyre, Albuquerque, tratando especificamente do papel desempenhado por algumas universidades, destaca a figura do político e professor Marcelo Caetano. Ao final da exposição, conclama aos jovens estudantes dos dois países, unidos pelo “mesmo ideal Lusíada”, a unirem forças na divulgação, a exemplo do que se vê na obra do autor de *Casa Grande & Senzala*, da “glória civilizadora da Lusitanidade”.⁵⁵

À luz dessa análise, os trabalhos publicados por Aquilino Ribeiro, Sofia de Mello Breyner Andresen e Jorge de Sena servem de exemplo no que se refere à constatação do tipo de material veiculado pela revista *Atlântico*. Assim como Jorge Amado, no caso brasileiro, esses escritores tiveram alguns dos seus trabalhos vetados de circular no ambiente marcado pelo regime salazarista.

Escritor, romancista, novelista, contista e ensaísta português, Aquilino Ribeiro acentuou em suas obras a “realidade agreste da vida”, atuando no ambiente político de Portugal como defensor intransigente dos ideais democráticos. A luta travada em prol da liberdade de pensamento, e os inúmeros combates contra a ditadura instaurada pelo Estado Novo lhe renderam a prisão e o exílio. Utilizando as manifestações culturais como arma de luta, capitaneou a direção da *Seara Nova*⁵⁶, fazendo eco às manifestações contra o regime de Salazar. O autor teve, conforme exposto em notas anteriores, um dos seus livros vetados à circulação pelas forças repressivas do regime: contra o livro *Quando os Lobos Uivam* moveu-se um intenso processo por parte das autoridades salazaristas.⁵⁷

Marca participação na *Atlântico* com a publicação do texto “Os Avós dos nossos Avós”. Trata-se este de um enredo descritivo da vida de um “grande general”. A tônica do texto permite uma leitura adequada ao ideário dos regimes português e brasileiro, isso na medida em que são expostos inúmeros exemplos da vida militar e de uma sociedade organizada sob o amparo de uma estrutura hierarquicamente consolidada (texto eivado de caracteres condizentes a uma organização autoritária do espaço social)⁵⁸. Neste sentido, a divulgação deste texto torna-se um dos pontos-chave para a compreensão das ideias que poderiam ser expostas, pois de um intelectual de notória representatividade no cenário literário português, cuja atuação político-ideológica contrastava com a urdidura política do regime, nada mais pertinente ao programa estadonovista do que divulgar ideias que não pudessem suscitar um debate político. Do contrário – expondo uma das facetas da propaganda cultural –, inserir autores como Aquilino Ribeiro no rol dos intelectuais que “colaboram” com a política atlântica consistia em um exercício satisfatório aos objetivos sublinhados pela revista *Atlântico*, na medida em que essa propôs constituir um elo entre os valores que conjugam a essência do espírito luso-brasileiro no mundo.

Sofia Breyner, por sua vez, tornou-se uma das figuras mais emblemáticas na defesa de um sistema político liberal e democrático, o que a levou à denúncia da truculência do regime salazarista. “Ao encontro da noite”, poema publicado no segundo número da *Atlântico*, ganhou versos que não permitem a leitura ou referência ao momento cultural em que foi escrito:

Quando brilhou a aurora, dissolveram-se
Entre a luz, as florestas encantadas.
Arvoredos azuis e sombras verdes,
Como os astros da noite embranqueceram
Através do crescendo da manha.
Caminhei na manhã eternamente
Um ponto apareceu no horizonte,
Verde nos areais, como um sinal.
Era um lago entre calmos arvoredos
Não bebi a sua água nem beijei
O homem que dormia junto às margens.
Ao encontro da noite caminhei.⁵⁹

Dedicado à carreira de escritor, Jorge de Sena fez desse ofício uma forma de intervir politicamente no espaço português. Posicionando-se a favor dos regimes democráticos, denunciou o estado autoritário de sua época, o que acarretou a sua perseguição política pelas forças gerenciadas pela ditadura salazarista.⁶⁰ “Enciclopédia” e “Exorcismo” correspondem ao material publicado no periódico luso-brasileiro.

No primeiro, temos, em conclusão, a ideia de uma verdade silenciada, a qual é compensada, entretanto, pela “posse” da vida, ou melhor, pelo “silêncio altivo de possuir a vida”:

Criaremos uma pequena história
maligna e sombria,
quando, por sinônimos dissermos
a verdade lóbrega com barba de três dias.
Ô lóbrega verdade tão transida!
Aquece-te nos olhos secamente,
secamente só com esta gente.
E espera pelo campo entreaberto:
ele te dará, sinônimo e deserto,
o silêncio altivo de possuir a vida.⁶¹

Já o segundo estruturou-se mediante os versos a seguir:

Amor que desce, amor que nem procura
de um a ser mundo o sopro repetido;
amor em quem não vive quanto dura,
no morto antes de tempo, o não vivido;
amor vidente que um olhar tritura;
amor-saudade pura sem sentido.⁶²

Com isso, percebemos que, desde que seguisse o “plano” defendido pela revista *Atlântico*, a publicação de um texto de um ativista político como Jorge de Sena implicaria antes na leitura do perfil desse escritor não como um defensor da causa

democrática, mas, sim, como um colaborador e representante da cultura luso-brasileira. Tendo defendido, segundo José Osório de Oliveira, uma posição de não estimular o surgimento de “contrariedades”⁶³ em suas páginas, *Atlântico* expôs a imagem “harmônica” do momento cultural português e brasileiro no qual foi veiculada. Assim, o conteúdo do material seria avaliado pela sua contribuição ao estabelecimento da “unidade espiritual” entre Portugal e Brasil, e, para tanto, não poderia ser construído à revelia do programa cultural elaborado após criação dos regimes de Vargas e Salazar.

Resultado de um acordo cultural elaborado por nações autoritárias, *Atlântico* difundiu em suas páginas uma imagem particular do mundo luso-brasileiro, priorizando assuntos que, para além do vínculo com a ideologia dos regimes, buscavam atribuir relevo às manifestações culturais de Portugal e Brasil. Porém, cumpre considerar que esse mesmo projeto delimitou o seu espaço de atuação em consonância com as propostas e os temas que constituíram o fulcro da plataforma política salazarista e varguista. Sob essa perspectiva, *Atlântico* não deixou, em seu conjunto, de ser substancialmente uma publicação orientada segundo os objetivos que constituíram os alicerces sob os quais repousaram os regimes vigentes em Portugal e no Brasil durante a década de 40 do século XX.

Notas:

*Doutorando em História do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista CAPES. Orientadora: Dr^a Elizabeth Cancelli.

¹ *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942. Segundo Clara Crabbé Rocha: “O título duma publicação periódica é, desde logo, o seu cartão de apresentação: é ele que designa e individualiza a publicação, é por ele que o leitor trava relações com ela, é a sua permanência que constitui um dos sinais indicativos de que se trata de uma revista”. ROCHA, Clara Crabbé. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: IN-CM, 1985, p. 147. Por isso, a eleição da palavra *Atlântico* para intitular a revista surgida do Acordo Cultural de 1941 é bastante sintomática e reveladora do seu campo de observação.

² As informações podem ser encontradas no endereço eletrônico <<http://www.revista.brasil-europa.eu/110/Acordo-Luso-Brasileiro.htm>>.

³ Esse acordo foi noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em matéria do dia 5 de setembro de 1941. Antes disso, em seu diário, nas anotações do dia 4 de setembro de 1941, após comentar os “Despachos com a Marinha e a Guerra”, Getúlio Vargas registra: “Também recebi, com o Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, o sr. António Ferro, assinando, na minha presença, o convênio entre os departamentos de propaganda do Brasil e de Portugal”. VARGAS, Getúlio. *Diário*. v. 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 420.

⁴ A partir de 1944 o órgão será designado Secretariado Nacional da Informação (SNI).

⁵ O sucessor de Lourival Fontes na direção do DIP foi o major Coelho dos Reis, de agosto de 1942 a julho de 1943. Seguindo-se a este, assume a direção do órgão o capitão Amílcar Dutra de Menezes, que figurou na direção do órgão até sua extinção, que ocorreu em maio de 1945.

⁶ *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942, p. 180-181.

⁷ *Atlântico* nº 5, Lisboa, SPN/DIP, julho de 1944, p. 205.

⁸ *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942, p. 180.

⁹ *Atlântico* nº 3, Lisboa, SPN/DIP, março de 1943, p. 199.

¹⁰ Cabe transcrever os termos que definiram o “Artigo 3º”: “Este artigo entrará em vigor na data da sua assinatura, devendo, em 31 de dezembro de 1941, encontrar-se completamente organizados e em normal funcionamento os serviços e atividades nele previstos”.

¹¹ O recorte temporal previsto para este trabalho obedeceu à incidência dos fatos históricos que marcaram o Estado Novo, regime político imposto ao país por Getúlio Vargas sob carta constitucional de 10 de novembro de 1937, assim como a década de 1940 do Estado Novo português. De uma forma geral, a análise tem como um dos pontos de partida os fatos que marcaram a esfera política

portuguesa e brasileira durante a Segunda Guerra. Sendo assim, optou-se por analisar os números da revista *Atlântico* que abrangem o período de 1942 a 1945.

¹² Sobre a nova série, assim refere-se o Secretário da Redação, José Osório de Oliveira: “Atlântico’, numa nova fase, passará a ser mais frequente e mais acessível, para melhor realizar a sua missão. O nosso propósito não foi fazer um álbum, mas uma antologia. De aqui em diante, procuraremos fazer, acima de tudo, uma publicação periódica, que, sem concessões ao transitório, seja atual, na medida em que 'atual' significa vida, e não efemeridade ou sujeição às circunstâncias.” Notas. In: *Atlântico* nº 6, Lisboa, SPN/DIP, abril de 1945, p. 199.

¹³ Nas “Notas”, veiculadas ao final de cada número, o primeiro número da revista *Atlântico* (maio de 1942) emite o seguinte informativo: “Esta revista, porque é luso-brasileira, tem dois diretores: um português, o outro brasileiro, mas, em vez de refletir direções distintas, procurará realizar o ideal de uma direção comum, como são comuns, a Portugal e ao Brasil, o patrimônio histórico, a língua, a cultura intelectual e tantas manifestações do sentimento”. O excerto transcrito encontra-se na página 170.

¹⁴ Após a primeira e a “nova série” (ou segunda série), foi publicada uma terceira e última, que compreende o período de 1949 a 1950.

¹⁵ Todos os envolvidos na organização da revista *Atlântico* integram, sem exceção, os quadros da burocracia estatal tanto salazarista quanto varguista.

¹⁶ *Atlântico*, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942, p. 170.

¹⁷ Apenas a título de nota – pois o esforço circunscreve-se mais ao entendimento da dinâmica da revista do que mesmo viabilizar sua compreensão enquanto “entidade”, caminho que quase sempre impele o pesquisador deste gênero a formulações inconclusas –, vale observar que a revista *Atlântico* apresentou-se em sua primeira série sempre com idênticas dimensões (27,5 x 20,5 cm), mantendo uma média de cento e setenta a duzentas páginas por número -- em sua segunda série, a revista ganhou uma nova dimensão (24,5 x 18,5 cm). Quanto aos dados que concernem a sua publicação, cumpre sublinhar que não houve “data certa de publicação”. Na parte superior da capa era impresso o nome da revista (escrito com letras grandes), ao que se seguia a inscrição “Revista Luso-Brasileira”. Já na parte inferior, com letras menores, veiculava-se a inscrição: “Edição do Secretariado da Propaganda Nacional – Lisboa – e do Departamento de Imprensa e Propaganda – Rio de Janeiro”. Na parte interna segue uma página que discrimina o número e o ano da revista. No verso dessa mesma página, fixou-se nome dos diretores, do secretário de redação e, seguidamente, do diretor artístico. Após, um sumário que ocupa invariavelmente duas páginas, pelo qual se depreende o nome dos colaboradores e do material por eles escrito. Seguem em anexo, ao final deste trabalho, a título de ilustração, imagens sobre esses dados. Ver anexo 4, p. 163.

¹⁸ *Atlântico*, nº 3, Lisboa, SPN/DIP, março de 1943, p. 211.

¹⁹ Maria Helena Capelato, ao analisar a trajetória da imprensa brasileira durante o período republicano, chama a atenção para o fato de serem dois os aspectos que encerram a especificidade da imprensa, e, de um modo geral, das atividades a ela vinculadas: “Cabe, finalmente, salientar que a imprensa se configura como um veículo de ideologia muito particular. Sua especificidade reside no fato de que ela se expressa em dois campos: nas informações (notícias) e nas idéias (contidas nos editoriais e artigos). Esses dois aspectos da imprensa não se excluem, ao contrário, entrecruzam-se.” CAPELATO, M. Helena R. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: CAMILOTTI, C. Virgínia; NAXARA, Márcia Regina Capelari; SILVA, Fernando Teixeira da (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

²⁰ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 138-139.

²¹ Sobre o pensamento autoritário construído por intelectuais vinculados à causa nacionalista, ver BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. O excerto transcrito encontra-se na página 38.

²² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, Op. cit., p. 150.

²³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, Op. cit., loc. cit.

²⁴ CASTRO, Augusto. Juventude e esplendor do Brasil. In: *Atlântico* nº 2, Lisboa, SPN/DIP, outubro de 1942, p. 195.

²⁵ CONTE, Antônio. Jaime e o Fado. In: *Atlântico*. nº 5, Lisboa, SPN/DIP, julho de 1944, p. 159.

²⁶ *Atlântico*, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942, p. 7.

²⁷ Ainda sobre esse eixo temático, cumpre, a título de cotejo, situar aqui o fato de que os discursos

proferidos por Getúlio Vargas eram elaborados em consonância com o espectro mais amplo das propostas urdidas pelo governo. E, movido por essa prática, em discurso datado de 1938, ao expor as iniciativas do Estado Novo no campo da cultura e da educação, proclama: "Hoje, o Governo não tem mais intermediários entre ele e o povo. Não há mais representantes de grupos e não há mais representantes de interesses partidários. [...] Para a consolidação dessa obra, precisamos contar com a educação da juventude e com a mocidade que surge das escolas primárias e elementares, dos ginásios e escolas superiores. E, para isso, todos precisamos ser educados dentro da doutrina do Estado Novo [...] todo o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade, de prepará-la para o futuro" VARGAS, Getúlio apud BASTOS, Élide Rugai. A revista Cultura política e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, Élide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 158. Cumpre observar ainda que sob a alegação de que fazia-se premente o reforço da segurança nacional em decorrência do estado de guerra pelo qual o mundo foi combalido, o Exército passara a atuar com mãos de ferro na consecução do projeto de nacionalização do ensino, criando as bases para a elaboração de um ensino nacionalmente estruturado. Neste sentido, os recintos escolares deveriam articular-se com essas propostas, o que, com efeito, entrou em vigor por intermédio de medidas de "feiçãõ conservadora e autoritária" (SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Op. cit., p. 181).

²⁸ "O regime do Estado Novo português tinha como fundamento a trilogia 'Deus, Pai e Família', que se reificava em uma rígida moral católica, no controle dos costumes, na consolidação da relação hierárquica do pai (Salazar) com seus filhos (os portugueses)". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Sonho-realidade do império colonial português*.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000100014>. Acesso em: 17 março 2010.

²⁹ O encerramento de um dia de aula numa escola sob a vigência do regime salazarista era marcado tanto pelo culto e respeito aos preceitos contidos no pensamento cristão quanto pelo clamor à proteção do governo por obra da intervenção divina. O coro, iniciado pelo professor, tinha, nas vozes dos alunos, o reforço às ideias subscritas no arcabouço ideológico do regime: "Professor: 'Graças Vos damos, Senhor'. Todos: 'por todos os benefícios que nos tendes concedido. Amém'. Professor: 'Abençoi, Senhor'. Todos: 'a Vossa Igreja, a nossa Pátria, os nossos Governantes, as nossas famílias e todas as escolas de Portugal. Pai-Nosso, Ave-Maria, Glória. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.'" Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:GARmodxfUAoJ:www.esfcastro.pt:8079/users/franciscosilva/salazar.html+educa%C3%A7%C3%A3o+no+regime+salazarista&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 17 março 2010.

³⁰ Notas. In: *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942, p. 171. Grifo nosso.

³¹ TRIGUEIROS, Luís Forjaz, Op. cit., p. 151.

³² GOMES, Álvaro Cardoso. *A voz itinerante: ensaio sobre o romance português contemporâneo*. São Paulo: Edusp, 1993 (Criação e Crítica; vol. 14), p. 22.

³³ Basicamente, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), gerado no término da Segunda Guerra Mundial, foi uma organização política cuja plataforma ganhou relevo na oposição ao Estado Novo de Salazar. Este o ilegaliza em 1948. O mote para tal fito foram as ameaças resultantes de sua colaboração com o PCP. Vide a este respeito TENGARINHA, José. Os caminhos da Unidade democrática contra o Estado Novo. In: *Revista de História das Ideias*. Vol. 16, 1994.

³⁴ Vide AMARO, Rafael Antônio. A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à ditadura e ao Estado Novo (1926-1939). In: *Revista de História das Ideias*. Vol. 17, 1995. O autor, dotado de precisão e ajustando suas conclusões à análise dos números da *Seara Nova* publicados no período selecionado pela pesquisa, descreve a trajetória cultural dos principais intelectuais que encabeçaram os princípios acoplados por este periódico (valores socialistas e democráticos, por exemplo). Da pesquisa empreendida sobressaem as figuras de Antônio Sérgio, Raul Proença e Jaime Cortesão.

³⁵ Nos idos dos anos 1950 surge, em Portugal, com forte carga poética, a revista *Árvore*. Congregara um expressivo número de poetas "resistentes", cujos sonhos viram-se cortados pela PIDE, que vetou a sua circulação com três anos apenas de circulação. Vide GONDA, Gumercinda Nascimento. *Árvore e o Sentido da Modernidade (As Mil Maneiras de Ver)*. 2006. Tese – Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Faculdade de Letras da UFRJ.

³⁶ AZEVEDO, Cândido de. Op. cit., p. 124.

³⁷ FONSECA, Manuel da. *Aldeia Nova*. 8. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1984, p. 10.

³⁸ “Cinco destes contos criei-os a partir de acontecimentos vividos por pessoas de minha família. Alguns a que assisti, outros que ouvi contar”. FONSECA, Manuel da, Op. cit., p. 7.

³⁹ FONSECA, Manuel da. Solstício de verão. In: *Atlântico*, nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942, p. 114-122. O texto narra a história de Rui, jovem que depois de um tempo ausente retorna a sua cidade natal, reencontrando velhas amizades e deparando-se novamente com os costumes locais. A narração tem o seu fim com a visita que o protagonista faz ao cemitério onde “os seus dormiam sossegados”.

⁴⁰ TRIGUEIROS, Luís Forjaz. Os prosadores mais recentes. In: *Atlântico*. nº 1, Lisboa, SPN/DIP, maio de 1942, p. 152.

⁴¹ José Lins do Rego colaborou no segundo número da *Atlântico* com o texto “O bom e o mau fialho”.

⁴² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001 (Estudos Históricos), p. 191.

⁴³ Uma das medidas previstas pelo Congresso decidiu pela seguinte resolução: “condenar toda e qualquer espécie de censura, por incompatível com a livre manifestação do pensamento através do jornal, do rádio, do teatro, do cinema e do livro.” SILVEIRA, Alcântara apud LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social. FFLCH/USP, 2010.

⁴⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Op. cit., loc. cit.

⁴⁵ CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976, p. 123.

⁴⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cultura amordaçada: o DEOPS e o saneamento ideológico. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 429.

⁴⁷ TRIGUEIROS, Luís Forjaz, Op. cit., p. 151-152.

⁴⁸ GASTÃO, Marques. A sinceridade no romance brasileiro. In: *Atlântico*, nº 4, Lisboa, SPN/DIP, novembro de 1943, p.151.

⁴⁹ *O país do carnaval* foi o primeiro romance escrito por Jorge Amado, ainda quando contava 18 anos. Narra a história de Paulo Rigger, um recém-formado em Direito na Europa que retorna ao Brasil em um importante momento político, momento esse marcado pelas discussões em torno de uma possível eleição de Júlio Prestes para a Presidência da República, abordando ainda a situação dos “getulistas”. O autor, no entanto, não deixa patente sua opção política. Rigger desembarca no Brasil em um sábado de carnaval. Assiste às pessoas se divertindo, tomadas por um verdadeiro sentimento de felicidade. Conclui, então, que esse é “o país do carnaval”, pois tudo sempre acaba em festa. Os percalços da vida em sua terra natal, a Bahia, mudam completamente a sua personalidade. Rigger torna-se um homem completamente diferente daquele que chegou. Viu o sonho de se tornar um escritor e realizar uma grande obra malogrado. Decide, então, retornar para a Europa. Parte em um domingo de carnaval sem, contudo, mostrar ânimo perante a situação. Enquanto todos ao seu redor aproveitam o momento de folia, parte desiludido, sem deixar transparecer qualquer sinal de agrado em relação ao tempo que permaneceu no Brasil. Representando uma crítica à sociedade política da época, *O país do carnaval* foi considerado “revolucionário” pelo Estado Novo. Isso lhe rendeu a apreensão pela polícia política do regime varguista e, posteriormente, a incineração em praça pública.

⁵⁰ Ibidem, p. 152.

⁵¹ Ibidem, p. 153.

⁵² ALBUQUERQUE, Mário. O papel das universidades na política atlântica. In: *Atlântico*, nº 4, Lisboa, SPN/DIP, novembro de 1943, p. 147.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Ibidem, p. 148.

⁵⁶ As análises sobre os rumos assumidos pela oposição ao governo salazarista forneceram um panorama sobre a atuação de *Seara Nova*, periódico que teve como um dos seus objetivos arregimentar a crítica às instituições vigentes no Estado Novo português. Coordenaram as ações deste periódico intelectuais como Jaime Cortesão, Antônio Sérgio, Raul Proença e Aquilino Ribeiro. Embora fossem intelectuais de extensa projeção no cenário literário português, os resultados do trabalho de pesquisa permitiram entrever a ausência de participação desses intelectuais nos quadros de colaboradores da *Atlântico*, excetuando-se a divulgação de “Os Avós dos nossos Avós”, de Aquilino Ribeiro, no primeiro número da revista, datado de 1942. Até 1945, data do termo da primeira fase da revista luso-brasileira, a divulgação de outros trabalhos desse escritor foi, digamos, vetada, tendo em

vista o fato de que os colaboradores eram escolhidos pelos diretores da revista. Processo semelhante não ocorreu, portanto, com alguns dos escritores estritamente vinculados ao regime, como é o caso de António Lopes Ribeiro, escritor português cuja película *A Revolução de Maio* estruturara-se mediante a propagação dos ideais do regime salazarista. A participação de António Lopes Ribeiro no periódico foi frequente em praticamente quase todos os números que integram a primeira fase da revista, excetuando-se apenas a sua ausência enquanto colaborador do quarto número, datado de novembro de 1943. Vide a respeito do percurso literário de Antonio Lopes Ribeiro PAULO, Heloísa. Salazar: a elaboração de uma imagem. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 18, 1996, p. 245-275 e TORRAL, Luís Reis. Cinema e propaganda no Estado Novo. A conversão dos descrentes. In: *Revista de História das Idéias*. Vol. 18, 1996, p. 277-337.

⁵⁷ A reedição de *Quando os Lobos Uivam* foi proibida em 1959. Tendo como enredo a análise do regime salazarista, a obra foi considerada pelo censor como sendo um "romance panfletário", cuja arquitetura consistiu em fazer "um odioso ataque à situação política", classificando o Governo de "pirata" e descrevendo "várias Autoridades, Funcionários, Polícia, Guarda Republicana e Tribunais em termos indignos e insultuosos". Em síntese, a decisão final estabeleceu: "Não autorizar a reedição; Não permitir críticas na imprensa. Apreender os poucos exemplares que, possivelmente, existam." In: AZEVEDO, Cândido de. Op. cit., p. 96.

⁵⁸ Texto fundamentado na descrição da vida guerreira de líderes como Amílcar e Aníbal, os quais legaram, por meio de inúmeras conquistas, a construção de um vasto império.

⁵⁹ ANDRESEN, Sofia de Mello Breyner. Ao encontro da noite. In: *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, outubro de 1942, p. 283.

⁶⁰ Por questões políticas, Jorge de Sena mudou-se para o Brasil, local onde realizou o curso de doutorado em Letras e, posteriormente, lecionou nas faculdades de Assis e Araraquara. Com o fim da ditadura em Portugal, recebe inúmeras ovações por parte do novo governos e de algumas entidades portuguesas.

⁶¹ SENA, Jorge. Enciclopédia. In: *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 285-286.

⁶² SENA, Jorge. Exorcismo. In: *Atlântico*, nº 6, Lisboa, SPN/DIP, abril de 1945, p. 92-93.

⁶³ Notas. In: *Atlântico*, nº 3, Lisboa, SPN/DIP, março de 1943, p. 207.